

Pesquisa Para Mudança Sistêmica e Advocacy

Um Guia Ridiculamente Simplificado
para a Investigação Interseccional
e Decolonial + exemplos



Olá!

Obrigada por seu interesse neste breve guia. Se você está lendo isso, provavelmente é um profissional da área de Desenvolvimento ou Cooperação Internacional focado em desenvolvimento de programas, *advocacy* ou políticas públicas. Você também entende a importância de abordar as questões de proteção por meio de uma lente interseccional, trabalhando de forma colaborativa e não em silos operacionais. Você reconhece o valor do conhecimento contextual e do compartilhamento de poder e recursos com organizações nacionais e locais. Você entende a necessidade de incorporar as práticas e perspectivas já comprovadas por esses grupos para fortalecer e fundamentar programas e políticas, de modo que respondam às necessidades e sejam eficazes e transformadores.

Na última década, realizei pesquisas para fornecer consultoria técnica e desenvolver **diretrizes, avaliações de necessidades e recomendações** para organizações não governamentais (ONGs) nacionais, organizações internacionais e agências da ONU que defendem mudanças sistêmicas. Meu objetivo é que essas organizações compreendam os problemas de proteção com os quais trabalham a partir de uma perspectiva interseccional e encontrem soluções baseadas na localization (“localização”) e na decolonização.

Minhas pesquisas e avaliações nas Américas e na Europa para UNICEF, Universidade de Edimburgo, Universidade de Georgetown, International Refugee Assistance Project (IRAP), Refugees International, Center for Democracy in the Americas, entre outros, produziram ou contribuíram para **mais de 25 relatórios, manuais e artigos de divulgação, disponíveis aqui**.

Tenho o prazer de compartilhar este guia com um relato extremamente sucinto das etapas e lições aprendidas na realização de **pesquisas qualitativas sobre políticas e advocacy** a partir de uma abordagem participativa, interseccional e decolonial. Devido à minha experiência em deslocamento forçado na e da América Latina e ao meu foco em serviços, políticas e programas de proteção para populações deslocadas, inclusive crianças e adolescentes, peçoas LGBTQIA+/peçoas com diversas SOGIESC (orientação sexual, identidade ou expressão de gênero e características sexuais) e sobreviventes de violência de gênero, este guia será particularmente útil para profissionais dessas áreas.

Espero que seja útil e, se tiver algum comentário ou pergunta, fique à vontade para **me enviar uma mensagem pelo meu site ou pelo LinkedIn**.



5 Elementos-Chave para Entender a Pesquisa Interseccional e Decolonial para Mudança Sistêmica

- 1-**
p. 03 O que é pesquisa para *advocacy* e mudança sistêmica?
- 2-**
p. 08 Por que os métodos participativos e a colaboração são cruciais?
- 3-**
p. 10 O que é análise feminista interseccional e por que precisamos dela?
- 4-**
p. 12 Uso de teorias e análises decoloniais
- 5-**
p. 14 Aplicar o que aprendemos: integração da teoria com a prática





1 - O que é pesquisa para *advocacy* e mudança sistêmica?

Este guia se concentra na **pesquisa qualitativa orientada à prática que é utilizada por ONGs, organizações internacionais e agências da ONU para promover mudanças sistêmicas**, nas quais me concentrei na última década. Apliquei métodos qualitativos (trabalho de campo/visitas a países, revisões de literatura, entrevistas, grupos focais e pesquisas) para fundamentar programas, políticas e atividades de *advocacy*. Em minha experiência, em sua versão extremamente simplificada, o processo de pesquisa para políticas, projetos ou programas é o seguinte...

1 / 7 - Decidir qual pesquisa é necessária e útil

A pesquisa orientada à prática tem como objetivo contribuir para a elaboração e/ou reformulação de políticas, *advocacy* e necessidades programáticas. Nosso objetivo é colocar os resultados de nossas pesquisas em prática nas iniciativas de *advocacy*, reformulação de políticas e/ou elaboração de políticas, programas ou projetos.

Diferentemente da pesquisa acadêmica, na pesquisa orientada à prática (políticas e *advocacy*) nossas perguntas de pesquisa e o projeto do estudo abordam lacunas práticas no conhecimento contextual ou programático essencial para o avanço do nosso trabalho. As necessidades de pesquisa variam muito porque dependem dos objetivos/enfoques da organização e do "ecossistema" mais amplo em que trabalhamos. Em termos gerais, podemos usar esse tipo de pesquisa para:

- Identificar direitos humanos não atendidos e determinar qual subconjunto da população é mais gravemente afetado por eles, como e por quê (comumente chamado de "avaliação de necessidades");
- Melhorar nossa compreensão do contexto local ou nacional para o planejamento de novos projetos, programas ou políticas;



- Analisar a eficácia de políticas, programas ou projetos existentes para identificar lacunas e propor mudanças para melhorar os resultados;
- Comparar a eficácia de políticas, programas ou projetos implementados em diferentes países/contextos;
- Explorar se e como as políticas, os projetos ou os programas implementados em uma região/país/contexto podem ser aplicados em outros;
- Reunir evidências do sucesso de um programa, projeto, abordagem ou política para promover um maior apoio de governos/doadores.

Para obter mais informações sobre o uso e o valor da pesquisa na cooperação internacional, consulte o curso do Centro de Estudos Humanitários de Genebra "[Operational Research for Humanitarians](#)" e o curso do SVRI "[Pathways to Research Impact](#)" sobre pesquisa aplicada (disponíveis em inglês).

2 / 7 - Fase de início e planejamento

É fundamental o planejamento cuidadoso do processo de pesquisa, incluindo o desenvolvimento de um plano de pesquisa detalhado por escrito e acordado com os parceiros de pesquisa. Isso pode nos ajudar a prever os riscos associados à mudança de contextos e evitar (a maioria, com sorte, todos) mal-entendidos e atrasos.

1. Co-desenhar o projeto de pesquisa: organizar uma reunião com todas as entidades envolvidas para definir ou confirmar o objetivo e o público-alvo dos resultados finais da pesquisa e sua metodologia;
2. Elaborar um breve plano de contingência identificando os riscos divididos em diferentes áreas, como o processo de pesquisa e o contexto externo. Isso pode ser feito por meio da criação de uma tabela na qual cada possível contratempo seja classificado em vermelho, laranja ou verde, e algumas medidas de mitigação sejam oferecidas para cada cenário;
3. Criar um plano de pesquisa simples, mas detalhado, descrevendo as fases e etapas da pesquisa, tarefas específicas atribuídas aos colaboradores, cronogramas e um calendário.



3 / 7 - Fase de estudo preliminar e mapeamento de atores

Quanto mais profundamente entendermos os fatores culturais, sociais e históricos que influenciam as questões de justiça social e direitos humanos, mais poderemos contribuir para o desenvolvimento de soluções contextualmente relevantes.

1. Realizar um estudo preliminar de fontes secundárias disponíveis publicamente (por exemplo, artigos acadêmicos, relatórios, bancos de dados, painéis interativos, comunicados de agências da ONU, ONGs especializadas etc.). Como exemplo, aqui está minha "[Base de Dados - Migração nas Américas](#)". Quando não há muita análise secundária disponível, analisamos fontes primárias relevantes (ou seja, comunicados oficiais, leis, documentos de políticas etc.);
2. Compreender o contexto político mais amplo. Isso envolve estar ciente de vários fatores, como a opinião pública predominante sobre a questão que estamos pesquisando, as influências da mídia, a situação econômica, o ambiente operacional das organizações não governamentais e tudo o mais que precisarmos saber (para obter mais informações, consulte o curso da SVRI "[Pathways to Research Impact](#)" sobre pesquisa aplicada, disponível em inglês. Para exemplos, consulte os [relatórios do ACAPS sobre a situação dos países](#), também disponível em inglês);

3. Identificar os principais atores envolvidos na questão: órgãos governamentais, organizações sem fins lucrativos, organizações internacionais, agências da ONU, movimentos populares e de base, redes nacionais, organizações lideradas por mulheres, pessoas LGBTQIA+ / peças com diversas SOGIESC (orientação sexual, identidade ou expressão de gênero e características sexuais), refugiades ou diásporas, etc;
4. Tentar entender melhor a dinâmica de poder entre esses atores realizando uma análise de poder com a ajuda de nossos parceiros locais/nacionais. Isso envolve fazer perguntas como: Quais são as fontes de poder no contexto que estamos pesquisando? Quem tem mais ou menos poder nessa situação? Onde observamos os efeitos dos desequilíbrios de poder? Como o poder se manifesta? Por que ele se manifesta dessa forma? e assim por diante. Para obter mais informações, consulte o curso da FNM Advising sobre decolonização dos programas de desenvolvimento internacional "[Decolonizing Development: Program Design and Management](#)" (disponível em inglês).
5. Com esse conhecimento, podemos compreender melhor os processos históricos e os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais subjacentes que determinam as questões de justiça social e direitos humanos que estamos pesquisando (análise de contexto). Além disso, podemos identificar as populações mais desfavorecidas e as maneiras específicas pelas quais elas são afetadas, o que é comumente chamado de "avaliação de necessidades". Eba!



4 / 7 - Fase de coleta de dados

Nossas entrevistas e grupos focais devem envolver pessoas com múltiplas vulnerabilidades ou que pertençam a grupos sociais geralmente marginalizados (por exemplo, crianças e adolescentes, LGBTQIA+/com diversas SOGIESC, migrantes irregulares e povos indígenas, entre outros).

6. Criar uma matriz no Excel ou no Google para classificar os possíveis entrevistados em categorias (por exemplo, agências governamentais, ONGs, organizações internacionais etc.) e acompanhe as conversas com eles;

7. Elaborar guias de entrevista que incorporem os resultados do estudo preliminar e nos ajudem a abordar as lacunas de conhecimento necessárias para o desenvolvimento de políticas ou *advocacy*;

8. Se estiver trabalhando em uma equipe grande ou com diferentes colaboradores, convém elaborar roteiros comuns para comunicações com possíveis entrevistados e fazer com que todos revisem os guias de entrevista;

9. Conduzir trabalho de campo no país e on-line. Os métodos podem incluir observação participante, entrevistas estruturadas, semiestruturadas ou aprofundadas com os atores internacionais, nacionais e locais, grupos focais, abordagens participativas, questionários etc. Deve incluir grupos focais e/ou entrevistas com pessoas diretamente afetadas pela questão ou questões específicas de justiça social e direitos humanos ou que se beneficiam diretamente do programa/política que estamos analisando. Podemos compartilhar pesquisas qualitativas on-line ou realizar entrevistas on-line com pessoas que não estejam disponíveis para entrevistas presenciais;

10. É fundamental que o trabalho de campo envolva pessoas pertencentes a grupos sociais que geralmente são marginalizados, como crianças e adolescentes, pessoas LGBTQIA+/pessoas com diversas SOGIESC, migrantes irregulares, refugiades, povos indígenas, pessoas negras, meninas e mulheres sobreviventes de violência de gênero, entre outros, sempre que possível e sempre que isso não as coloque em risco.



5 / 7 - Fase de análise de dados e elaboração do relatório

A estreita colaboração com organizações locais e nacionais é essencial para garantir que o resultado final de nossa pesquisa (por exemplo, um relatório, guia, manual, documento de advocacy, etc.) reflita com precisão a realidade e os interesses das populações atendidas.

11. Analisar os resultados das entrevistas e pesquisas usando métodos de análise de conteúdo qualitativo, combinando codificação dedutiva e indutiva (em resumo: uma matriz de Excel). Essa combinação ajuda a identificar temas e padrões nas informações coletadas durante as entrevistas e por meio das pesquisas;
12. Examinar as evidências e os *insights* das entrevistas, pesquisas e/ou grupos focais juntamente com as informações obtidas no processo de análise documental (triangulação de fontes) para formular conclusões a respeito da descrição e das recomendações sobre a questão dos direitos humanos;
13. Facilitar as consultas participativas para obter feedback sobre a descrição do assunto e recomendações de todas as organizações parceiras e colaboradores da pesquisa;
14. Redigir o resultado final do processo de pesquisa: um relatório, um guia, um manual, um documento de *advocacy*, um conjunto de recomendações, etc.

6 / 7 - Fase de avaliação e feedback

15. Se possível, realizar uma breve avaliação final do processo e dos resultados da pesquisa com todas as entidades envolvidas. Pode ser uma reunião de 45 minutos a uma hora para fornecer feedback e refletir sobre o que funcionou bem, as lições aprendidas e o que pode ser melhorado no futuro. Há inúmeras ferramentas que podem ser usadas para essas avaliações finais, como a "Revisão pós-projeto", a "Revisão pós-ação" e o "Diagrama espinha de peixe" ([veja aqui um resumo](#)).

7 / 7 - Fase de implementação

16. Conforme mencionado antes, os resultados e os insights da nossa pesquisa contribuirão principalmente para os esforços de *advocacy* ou servirão de base para programas e políticas. Como essa fase depende muito de organizações e governos locais ou nacionais (ou tem um impacto direto sobre eles), o envolvimento ativo dessas organizações em todas as etapas do processo de pesquisa é fundamental. Isso nos leva ao próximo ponto sobre métodos participativos, cooperação e colaboração.





2 - Por que os métodos participativos e a colaboração são cruciais?

A criação de soluções contextualizadas para os desafios dos direitos humanos e da justiça social que se ajustem às realidades e aos interesses nacionais/locais é necessariamente um processo coletivo e participativo. Além disso, os **processos participativos e democráticos de geração de conhecimento** são fundamentais para retificar as injustiças sistêmicas no sistema de cooperação internacional. Essas injustiças incluem relações de poder desiguais entre ONGs globais e locais; complexo do branco salvador; racismo; e exclusão da sociedade civil organizada local dos processos de tomada de decisão. A experiência e as soluções ocidentais (chamadas "internacionais") têm sido tradicionalmente valorizadas em detrimento da experiência e dos conhecimentos locais. Com frequência, elas têm sido consideradas universalmente válidas, apesar das diferenças significativas nos contextos sociais, culturais e políticos em que são aplicadas.

Os métodos on-line e presenciais que promovem o envolvimento com as comunidades e os parceiros locais ou nacionais permitem que os pesquisadores realizem pesquisas e avaliações juntamente com as pessoas afetadas e diretamente envolvidas no combate às violações dos direitos humanos. As abordagens inclusivas podem ajudar a garantir que as diversas necessidades e perspectivas das comunidades marginalizadas sejam levadas em consideração. Os métodos participativos também podem ajudar a questionar as narrativas dominantes e as soluções para os problemas de direitos humanos sempre que necessário. →



Nos últimos anos, surgiu um movimento nos setores de ajuda humanitária e cooperação internacional que defende a localização, especialmente a redistribuição de recursos por parte dos doadores para ONGs nacionais menores e um maior comprometimento e liderança por parte dessas organizações. À medida que trabalhamos para cumprir a agenda de "localização", devemos também promover a decolonização e a democratização dos processos de criação de conhecimento. Isso significa dar prioridade a processos de avaliação e pesquisa mais equitativos e participativos, envolver ativamente as comunidades beneficiárias de programas/projetos de cooperação internacional e dar a elas oportunidades de participação e influência significativas nos debates sobre políticas internacionais.

Por exemplo, na área de deslocamento forçado e migração, a comunidade internacional assumiu amplos compromissos para permitir a participação política e o envolvimento de pessoas migrantes e refugiadas nas esferas de cooperação internacional. Entretanto, a participação nem sempre é significativa. Os processos democráticos de criação de conhecimento deveriam envolvê-los sistematicamente como protagonistas em uma conversa que se pareça mais com um diálogo de mão dupla do que com um exercício de extração de seus conhecimentos. Também deveriam procurar refletir, na medida do possível, a enorme diversidade étnica, cultural, racial e interseccional de pessoas em situação de mobilidade humana (ver item 5). Deveriam acolher uma variedade de pontos de vista,

mesmo que não coincidissem com as prioridades e os interesses de seus parceiros ou doadores do Norte Global. Por fim, processos mais justos de criação de conhecimento que buscam uma participação significativa deveriam incluir genuinamente as contribuições das pessoas em situação de mobilidade humana no planejamento de *advocacy*, nos documentos de políticas e nas normas.

Outro aspecto importante da participação significativa é a necessidade de estratégias de financiamento mais equitativas e flexíveis. Além de fornecer financiamento direto e flexível, grandes agências internacionais e outros doadores estão em posição de dar espaço à liderança de ONGs locais e nacionais, inclusive na criação de mecanismos participativos que coloquem em prática a interseccionalidade para atender às necessidades dos grupos marginalizados. Isso pode implicar o desenvolvimento da capacidade dessas organizações de advogar em esferas políticas de alto nível; ajudar a criar comunidade com outras organizações já envolvidas em comunicação de políticas ou iniciativas de advocacy; e melhorar o acesso a programas coletivos de bem-estar em saúde mental, entre outros.





3 - O que é análise feminista interseccional e por que precisamos dela?

Em uma definição extremamente sucinta, o feminismo interseccional é uma abordagem que examina os sistemas (racismo, colonialismo, patriarcado, capitalismo) que, ao longo do tempo, produziram opressão, desigualdade e hierarquias sociais, econômicas e políticas injustas. Na cooperação internacional, tendemos a nos concentrar nas formas de opressão vivenciadas por grupos e indivíduos marginalizados, mas todos nós somos afetados por essa dinâmica de

uma forma ou de outra. O "feminismo interseccional" não é apenas uma palavra da moda para identificar "diferenças" individuais ou formas de opressão. Seu objetivo principal é analisar a dinâmica estrutural do poder e usar esse conhecimento como uma ferramenta para desafiar o racismo, o sexismo, o classismo e outras hierarquias sociais injustas. Seu objetivo final é a libertação e a justiça social para todos, com base na liberdade, igualdade, justiça social e democracia participativa (Mara Viveros Vigoya, Ochi Curiel, Patricia Hill Collins).

Acadêmicas e ativistas feministas negras começaram a desenvolver esse paradigma na década de 1970. Na década de 1990, Patricia Hill Collins cunhou o termo "matriz de dominação" e Kimberlé Crenshaw "interseccionalidade" para descrever e tentar mudar essas injustiças sociais. Os acadêmicos decoloniais negros da América Latina e do Caribe acrescentaram uma perspectiva decolonial, ou seja, a ideia de que esses sistemas de opressão são o resultado de processos históricos e dinâmicas de poder decorrentes da dependência econômica da América Latina, do colonialismo e do comércio transatlântico de escravos (Lélia González).

Uma das principais contribuições do feminismo negro para nosso papel como pesquisadores e ativistas é sua ênfase em priorizar as experiências vividas e as perspectivas de grupos historicamente marginalizados em nossas análises e respostas aos desafios de direitos humanos que buscamos enfrentar. Em resumo, o conhecimento não é



"neutro" nem "universal" porque cada pessoa vê o mundo e escreve em função de sua bagagem cultural, social e individual específica (o "lugar de fala" de [Djamila Ribeiro](#)). O problema é que, no decorrer da história, as perspectivas de grupos sociais estritamente definidos têm sido consideradas legítimas e têm sido consideradas a "verdade universal". Por outro lado, grupos geralmente marginalizados, como as mulheres negras e os povos indígenas, têm sido frequentemente relegados ao status de "outros" que produzem conhecimento considerado ilegítimo, "tendencioso" e "não científico" ([Feminismos Plurais](#)).

Essa situação indica que devemos trabalhar proativamente para promover os pontos de vista, os conhecimentos e as contribuições intelectuais de grupos marginalizados. Para isso, precisamos reconhecer e admitir nosso "lugar de fala" (o ponto de vista a partir do qual falamos e escrevemos) e suas influências. Também devemos criar espaços em pesquisas, conferências, fóruns de políticas etc., para ouvir e aprender com perspectivas que historicamente foram marginalizadas ([Djamila Ribeiro](#)). Se tratarmos essas perspectivas como legítimas e as aceitarmos como parte de nosso trabalho, poderemos promover uma abordagem mais inclusiva, democrática e equitativa para a mudança social.

O feminismo interseccional também abordou uma questão importante sobre a qual qualquer pessoa que trabalhe em nosso campo deve estar ciente: as pesquisas geralmente negligenciam ou apresentam lacunas substanciais nos dados e na análise de questões

que afetam exclusiva ou predominantemente grupos marginalizados, levando a uma menor conscientização e a respostas políticas insuficientes ([Djamila Ribeiro](#)). É claro que as prioridades são orientadas por interesses nacionais e/ou geopolíticos. No campo da cooperação internacional, essa tendência geralmente se traduz em menos interesse por parte das organizações internacionais, dos governos e/ou dos doadores em abordar questões de justiça social e direitos humanos ou em responder a situações humanitárias que afetam populações ou países específicos.

Exemplos desse problema podem ser encontrados nos relatórios anuais do Conselho Norueguês para Refugiados "The World's Most Overlooked Displacement Crises" (disponíveis em inglês e francês). Certas situações de deslocamento recebem cobertura midiática mínima, atenção política limitada da comunidade internacional e são sistematicamente ignoradas e esquecidas, o que leva a uma redução do financiamento internacional. Em suma, devido ao interesse no "não dito" e no invisível, uma abordagem interseccional pode ser crucial para analisar questões de direitos humanos que muitas vezes passam despercebidas, permitindo identificar e desenvolver soluções.

Para saber mais sobre feminismo interseccional latino-americano e caribenho, consulte o livro gratuito "Feminisms in Movement. Theories and Practices from the Americas", editado por Livia De Souza Lima, Edith Otero Quezada e Julia Roth (disponível em inglês).





4 - Uso de teorias e análises decoloniais

Em meu trabalho e pesquisa, uso a perspectiva da Teoria Crítica Latino-Americana (ver Aníbal Quijano, Boaventura de Souza Santos, Edgardo Lander, Ochy Curiel, Pablo González Casanova, Ramón Grosfoguel, Yohanka León del Río e muitos outros). Isso não se deve apenas à minha formação acadêmica e às minhas experiências pessoais, mas também porque acredito que a área de cooperação internacional muitas vezes considera os problemas com os quais lida como imprevistos, novos ou excepcionais, rotulando-os como "crises", "situações" ou "emergências". As soluções geralmente refletem essa perspectiva de curto prazo. Por outro lado, a Geopolítica Crítica, a Teoria do Sistema-Mundo, a Colonialidade do Poder, a interseccionalidade e outras teorias críticas nos permitem desenvolver análises mais completas das atuais "crises" latino-americanas.

As análises críticas implicam considerar essas "crises" no contexto de suas causas fundamentais, especificamente os processos históricos e políticos de longo prazo que contribuem para seu surgimento. A teoria crítica latino-americana também se dedica a reivindicar as demandas dos movimentos populares e de base que lutam por maior independência e, ao mesmo tempo, questionam o racismo, o colonialismo, o patriarcado e o neoliberalismo (Yohanka León del Río).



Um exemplo de como podemos aplicar essas teorias em nossa região é por meio da análise de como o povo e a história do Haiti são retratados pela grande mídia, por políticos do Norte Global, por acadêmicos do Norte Global e por algumas organizações e agências internacionais. Nessas representações, as atuais crises humanitárias e de direitos humanos no Haiti são frequentemente atribuídas a eventos isolados, como o terremoto de 2010, subsequentes desastres naturais e causados pelo homem e recentes incidentes políticos, como o assassinato do presidente Jovenel Moïse em julho de 2021. Na realidade, a situação atual do Haiti é resultado de vários processos históricos que se sobrepõem e que também fizeram de outros países das Américas as sociedades desiguais, injustas e racistas que conhecemos hoje. Os 540 anos de história do Haiti englobam a pilhagem colonial, a opressão e o genocídio de seus povos nativos; a brutalidade do tráfico transatlântico de escravos e seu legado duradouro de racismo estrutural; ditaduras sangrentas; o imperialismo e a intervenção direta dos EUA; a imposição de programas internacionais de ajuste estrutural; inúmeros desastres naturais e degradação ambiental mal resolvidos por nossos governos; e a emigração em massa.

Tomando como exemplo as políticas migratórias regionais para lidar com o deslocamento em larga escala de pessoas em situação de mobilidade humana na América Latina e Caribe nos

últimos anos, conceituar a migração na região como uma "emergência" ou "crise humanitária" é limitante. Essa perspectiva esconde a realidade de que a migração e o deslocamento forçado são processos complexos, multifacetados, contínuos e estruturais que não podem ser resolvidos por meio de políticas ou intervenções isoladas e circunscritas. Isso é especialmente válido nos casos em que essas políticas se concentram no controle migratório e/ou na militarização das fronteiras. Em contrapartida, quando aplicamos teorias críticas, estamos preocupados em desenvolver soluções sistêmicas que priorizem a justiça social e os direitos humanos das pessoas deslocadas/em situação de mobilidade humana e que abordem a verdadeira "raiz do problema" em cada contexto. Isso nos leva ao próximo ponto: aplicar o que aprendemos e integrar a teoria com a prática.





5 - Aplicar o que aprendemos: integração da teoria com a prática

Podemos examinar todas as **questões de justiça social e direitos humanos que nos propomos a abordar por meio da perspectiva crítica, decolonial e interseccional descrita nas páginas anteriores. A seguir, usarei o tema das questões de proteção relacionadas ao deslocamento em larga escala de pessoas em situação de mobilidade humana na América Latina e Caribe** nos últimos anos. Indivíduos e populações que vivem na interseção entre estar em situação de mobilidade humana e uma ou mais dessas identidades e fatores são afetados em maior grau por diversas formas de violação de direitos humanos em diferentes fases de sua trajetória migratória:

- Mulheres e meninas;
- Crianças e adolescentes desacompanhades e separades;
- Pessoas com deficiência (inclusive idosos);
- LGBTQIA+/pessoas com diversas SOGIESC (orientação sexual, identidade ou expressão de gênero e características sexuais), em particular mulheres trans;
- Pessoas negras, inclusive africanas, nacionais haitianas e outras pessoas de origem haitiana;
- Minorias linguísticas (ou seja, pessoas cuja língua materna não é o inglês, o francês ou o português), que são afetadas em maior grau pelo racismo linguístico;
- Povos indígenas que mantêm sistemas de crenças (cosmologias) diferentes dos ocidentais e que se baseiam em formas indígenas de ensino e aprendizagem;
- Pessoas cujos meios de subsistência e segurança estão em risco devido às mudanças climáticas, ou seja, afetadas pelo aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos que afetam a agricultura e a segurança alimentar, e pela devastação econômica e de infraestrutura resultante de desastres naturais e provocados pelo homem.

As múltiplas violações de direitos humanos sofridas por essas pessoas nos países de trânsito e de destino incluem superexposição à violência física e extorsão por forças de segurança e grupos criminosos, violência de gênero, falta de



acesso à informação jurídica, racismo, violência baseada em preconceito contra LGBTQIA+/pessoas com diversas SOGIESC, insegurança alimentar e muitas outras. Quando chegam ao seu destino ou enquanto estão temporariamente detidos em países de trânsito, o acesso precário a trabalho digno e legal e/ou processos de regularização inacessíveis podem desafiar sua integração socioeconômica e expô-los a situações de abuso e exploração.

Essas violações dos direitos humanos refletem injustiças sociais sistêmicas de longa data na América Latina e Caribe, com raízes em fatores históricos como o colonialismo, o tráfico transatlântico de escravos e a formação de estados-nação comandados por elites europeizadas. A discriminação e o racismo estão enraizados na exclusão social, política e econômica de povos indígenas, populações negras, mulheres e outras "minorias sociológicas" (grupos sociais que, apesar de constituírem uma grande parte da população, são oprimidos e excluídos) por elites coloniais e, posteriormente, nacionais.

A discriminação, o racismo e a violência contra pessoas que se deslocam refletem as crenças, atitudes e normas culturais predominantes na sociedade e estão profundamente enraizados em nossas estruturas sociais patriarcais e pós-coloniais. O sexismo, o preconceito etário, o racismo estrutural, a xenofobia,

a misoginia, a aporofobia (preconceito contra pobres), o classismo, a homofobia e a transfobia podem condicionar ações de funcionários do governo, forças de segurança, comunidades nos países de trânsito e de destino e de outras pessoas em situações de mobilidade humana, levando a essas violações dos direitos humanos.

Outra causa de exclusão é a frequente invisibilidade desses grupos na implementação concreta de políticas de proteção em campo. Todos os países de trânsito têm movimentos mistos extremamente complexos, pois são países de origem, trânsito, destino e retorno. A proliferação de rotas migratórias não oficiais frequentemente significa que as pessoas em trânsito podem passar despercebidas pelas agências internacionais e pelos governos. Além disso, mesmo quando os governos registram as pessoas em trânsito, podem não coletar sistematicamente dados separados por características sociodemográficas. Essa falta de informação detalhada prejudica significativamente a capacidade de governos, ONGs e agências internacionais de fornecer serviços de proteção direcionados aos grupos que mais precisam de apoio.

Para ver exemplos de pesquisas decoloniais e interseccionais feitas por outros pesquisadores em diferentes países e sobre diferentes tópicos, siga o [blog](#) e a [newsletter Aidnography](#) de Tobias Denskus.



Obrigada por ter chegado até o final deste breve guia!
Se você achou este guia útil, sinta-se à vontade para compartilhá-lo com seus colegas.

Além disso, se tiver algum comentário ou dúvida, ou **se quiser conversar sobre como colaborar em um projeto de pesquisa**, fique à vontade para me enviar uma mensagem pelo [meu site](#) ou pelo [LinkedIn](#). Você também pode [assinar minha newsletter](#) para receber recursos úteis, atualizações sobre minhas pesquisas e relatos em primeira mão de minhas visitas a campo, apenas duas ou três vezes por ano.

Este guia está disponível para uso e referência, desde que seja fornecida uma citação apropriada para reconhecer suas fontes. Os conteúdos e opiniões expressos neste guia são baseados em minhas percepções e experiências individuais, e não necessariamente representam as opiniões ou posições de quaisquer organizações ou instituições com as quais tenho sido afiliada.

